

# Revista de CONTRATOS PÚBLICOS RCP

**DOCTRINA**

Diretores

Egon Bockmann Moreira

Pedro Costa Gonçalves

Publicação oficial de



**CEConP**  
Centro de Estudos de Contratos Públicos (Portugal/Brasil)

**NUPEDE**  
NÚCLEO DE PESQUISA EM DIREITO ECONÔMICO  
PPGD / UFPR

**FORUM**

\*Esse material é protegido por direitos autorais sendo vedada a reprodução não autorizada, gratuita ou onerosamente, sob pena de ressarcimento, em caso de infração aos direitos autorais.

É permitido citar os excertos em petições, pareceres e demais trabalhos, desde que seja informada a fonte, garantidos os créditos dos autores dos artigos, do órgão emanador da decisão ou informação e da publicação específica, conforme a licença legal prevista no artigo 46, III da Lei nº 9.610/1998.

ano 9 - n. 17 | março/agosto 2020  
Belo Horizonte | p. 1-262 | ISSN 2316-5499  
R. de Contratos Públicos – RCP

Revista de  
**CONTRATOS PÚBLICOS**

**RCP**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# REVISTA DE CONTRATOS PÚBLICOS – RCP

Publicação oficial de



**CEConP**  
Centro de Estudos de Contratos Públicos (Portugal-Brasil)

**NUPEDE**  
NÚCLEO DE PESQUISA EM DIREITO ECONÔMICO  
PPGD / UFPR

## Diretores

Egon Bockmann Moreira (BR)

Pedro Costa Gonçalves (PT)

## Diretores Executivos

Bernardo Azevedo (PT)

Bernardo Strobel Guimarães (BR)

Licínio Lopes Martins (PT)

Maurício Portugal Ribeiro (BR)

## Conselho Editorial

Ana Raquel Moniz (PT)

Carlos Ari Sundfeld (BR)

Fernando Vernalha Guimarães (BR)

Filipa Urbano Calvão (PT)

Florian Marques Neto (BR)

João Amaral e Almeida (PT)

Marçal Justen Filho (BR)

Miguel Assis Raimundo (PT)

Paulo Modesto (BR)

© 2020 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737  
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

R454 Revista de Contratos Públicos – RCP. – ano 1, n. 1,  
(mar./ago. 2012) – Belo Horizonte: Fórum, 2012-

Semestral  
ISSN 2316-5499

1. Direito público. 2. Contratação pública. I. Fórum.

CDD: 341  
CDU: 342

Esta revista está catalogada em:

- RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Capa: Igor Jamur

Projeto gráfico: Walter Santos

# Sumário

## DOUTRINA

### ARTIGOS

Licitações sustentáveis: responsabilização de agentes públicos por atuação temerária

<b>Camila Costa Reis Rodrigues</b>	9
1	Introdução..... 9
2	O caso do município X..... 10
3	Licitações sustentáveis..... 11
3.1	Padrões de sustentabilidade previstos em legislação federal ..... 12
3.2	Práticas para evitar o desperdício em compras públicas ..... 16
4	A responsabilização de agentes públicos em contratos administrativos..... 18
4.1	A responsabilização funcional e patrimonial de agentes públicos ..... 20
4.2	A ausência de planejamento em contratações públicas como hipótese de responsabilização ..... 25
5	Considerações finais..... 26
	Referências..... 28

Estado de necessidade administrativa: contornos envolvendo a hermenêutica de um regime jurídico emergencial

<b>Daniel Falcão, Camilo Amin Jreige Neto</b>	31
	Introdução..... 31
I	O estado de necessidade administrativa..... 33
II	A aplicação do estado de necessidade administrativa em um contexto pandêmico ..... 38
	Conclusão..... 45
	Referências..... 46

Contratação de obras de engenharia: inaplicabilidade da Lei nº 13.979/2020 e instrumentos possíveis de serem adotados

<b>Edcarlos Alves Lima</b>	49
	Introdução..... 49
1	Das diferenças conceituais entre obra e serviço de engenharia ..... 50
2	A Lei nº 13.979/2020 e os objetos passíveis de dispensa de licitação ..... 52
3	Impossibilidade de contratação de obras por dispensa de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/2020: pontos a serem considerados ..... 53
4	Contratação de obras de engenharia: possibilidades e instrumentos ..... 59
5	Conclusão..... 65
	Referências..... 67

## A *due diligence* como ferramenta de investigação dos impedimentos nas licitações das empresas estatais

<b>Marcos Guilherme R. Mafra</b> .....	69
I Introdução.....	70
II A <i>due diligence</i> como ferramenta de gestão de riscos nas empresas estatais .....	71
II.i Exigência de gestão de riscos nas empresas estatais .....	71
II.ii <i>Due diligence</i> : parte integrante da gestão de riscos de <i>compliance</i> .....	74
III A <i>due diligence</i> aplicada em licitações.....	76
III.i Aplicação da <i>due diligence</i> nas licitações pela Petrobras .....	76
III.ii Diretrizes do procedimento licitatório à luz de Celso Antônio Bandeira de Mello .....	81
IV A <i>due diligence</i> para a investigação dos impedimentos do artigo 38 da Lei das Estatais.....	82
IV.i Aspectos práticos da <i>due diligence</i> para investigação.....	82
IV.ii A <i>due diligence</i> para investigação dos impedimentos legais para licitantes.....	84
V Considerações finais.....	91
Referências.....	93

## O advento da Lei nº 13.303/2016 e a oportunidade de negócios para as empresas públicas: a Empresa de Planejamento e Logística S/A e a International Finance Corporation

<b>Paulo Bernardes Honório de Mendonça</b> .....	95
Introdução.....	95
Considerações sobre a formalização de parcerias – As oportunidades de negócio.....	98
Do caso concreto da EPLxIFC.....	102
Considerações finais.....	107
Referências.....	109

## Contratos de PPP de iluminação pública: aspectos jurídicos da modelagem de projetos

<b>Rafael R. Garofano, Fabricio Abdo Nakad</b> .....	111
1 Introdução .....	111
2 Providências prévias à contratação de ppp.....	112
(a) Exigências não orçamentárias.....	112
a.1 Autorização da entidade competente para abertura da licitação .....	112
a.2 Realização de consulta pública .....	113
a.3 Licenciamento ambiental.....	114
(b) Exigências orçamentárias .....	114
b.1 Estimativa do impacto orçamentário-financeiro .....	114
b.2 Declaração do ordenador de despesas.....	115
b.3 Estimativa do fluxo de recursos para cumprimento da obrigação.....	115
b.4 Leis orçamentárias: previsão do objeto da PPP no PPA, LDO e LOA.....	115
3 Providências específicas de PPPs de iluminação pública .....	116
3.1 Verificação de marcos legais que possam impactar o Projeto .....	116
3.2 Legislação existente no Município .....	117
3.2.1 Lei Orgânica do Município.....	117
3.2.2 Organização atual dos Serviços de Iluminação Pública .....	118
3.2.3 Leis específicas sobre Concessões e Parcerias Público-Privadas .....	119
3.2.4 Lei sobre a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública.....	119
3.2.4.1 Da definição de “custeio”.....	120
3.3 Da transferência dos ativos .....	121
3.4 Do contrato de fornecimento de energia elétrica .....	123

3.5	Do Acordo Operativo .....	124
3.6	Da existência de Contrato de Operação e Manutenção da Rede .....	125
3.7	Legislação necessária à execução indireta via Parceria Público-Privada .....	127
3.7.1	Lei municipal de Parceria Público-Privada .....	127
3.7.2	Lei de autorização da realização da parceria público-privada.....	128
3.7.3	Lei de vinculação das receitas da CIP ao contrato de concessão administrativa .....	131
3.7.4	Lei única para autorização da PPP e vinculação da CIP.....	133
3.7.5	Contabilização da CIP no limite de comprometimento de RCL .....	135
3.7.6	Custeio de outros serviços acessórios ou complementares com recursos da CIP.....	138
4	Outras questões sensíveis a serem avaliadas .....	139
4.1	Viabilidade de outras formas de garantia elencadas no art. 8º da Lei nº 11.079/04....	139
4.2	Desvinculação de receitas .....	140
4.3	Sustentabilidade socioambiental e potenciais impactos negativos ao Projeto de IP .....	141
4.4	Licitações em período eleitoral .....	143
4.5	Matriz de riscos do empreendimento.....	145
5	Conclusão.....	149
	Referências.....	149

## Incompletude em contratos de concessão: ainda a Teoria da Imprevisão?

<b>Rafael Vêras de Freitas</b> .....	151
Introdução.....	151
1    A Teoria da Imprevisão nos contratos administrativos: um conceito em superação?.....	155
2    Das diferenças jurídicas entre os regimes jurídicos do equilíbrio econômico-financeiro das concessões e do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/1993 .....	161
3    Incompletude dos contratos de concessão e seus efeitos econômicos .....	167
4    Diferenças entre a Regulação Discricionária e a Regulação Contratual e os seus efeitos sobre a aplicação da Teoria da Imprevisão .....	173
4.1    Efeitos da Covid-19 em contratos de concessão no mundo e aplicação da Teoria da Imprevisão .....	177
5    Da interpretação dos contratos incompletos: algumas propostas .....	181
Conclusões .....	183
Referências.....	185

## Pandemia, crise e mercado – reflexões sobre a recriação do sistema jurídico e o papel transversal do direito econômico

<b>Raphael Boechat, Heloisa de Carvalho Feitosa Valadares</b> .....	189
Introdução.....	190
Pandemia, crise e excepcionalidades .....	191
O Direito como experiência – sistemas complexos que se intercomunicam.....	194
Luhmann – A evolução por contingência e a comunicabilidade dos sistemas .....	199
A impossível dissociação entre normas e intérprete no pós-crise .....	201
Por uma concretização eficiente das normas .....	203
Conclusão – Caminho mais viável: ponderação e proporcionalidade .....	204
Referências.....	205

## Contratação pública e esferas de justiça: uma análise sobre comutatividade e distributividade na contratação pública brasileira contemporânea

<b>Thiago Lima Breus</b> .....	207
I    Introdução.....	207
II   Elementos de justificação para a atuação estatal por meio da contratação pública .....	212

2.1	Elementos de cunho filosófico .....	212
2.2	Elementos de cunho económico.....	214
III	Justiça comutativa <i>versus</i> justiça distributiva na esfera da contratação pública.....	215
IV	A função social do contrato e a sua relação com a ideia de justiça contratual distributiva .....	216
V	A máxima do “ <i>quem contrata não contrata só com quem contrata e o que contrata</i> ” e os efeitos das relações jurídicas multilaterais e/ou poligonais nos contratos públicos: a demonstração da presença da justiça contratual distributiva .....	222
VI	A ideia da justiça contratual como género e as ideias de justiça comutativa e de justiça distributiva como espécies .....	225
VII	Conclusão: justiça distributiva, contratação pública e desenvolvimento .....	226
	Referências.....	230

## Impacto da pandemia Covid-19 na execução dos contratos administrativos

<b>Miguel Lorena Brito</b> .....	233
A. Introdução .....	233
B. A exoneração da responsabilidade pelo incumprimento – a impossibilidade e o caso de força maior .....	236
B.1. O cumprimento .....	236
B.2. A impossibilidade .....	237
B.3. O caso de força maior.....	242
C. A alteração de circunstâncias e a modificação objectiva do contrato .....	246
D. O objecto da modificação .....	249
E. Limites da modificação .....	250
F. A reposição do equilíbrio financeiro e a compensação financeira .....	252
G. O Decreto-lei n.º 19-A/2020 e os contratos de execução duradoura .....	256
Instruções para os autores.....	261



ESTA REVISTA  
FAZ PARTE DA  
**PLATAFORMA FÓRUM  
DE CONHECIMENTO  
JURÍDICO®**

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO



E pode ser assinada separadamente  
em nossa loja virtual.

**ASSINE A REVISTA**

[loja.editoraforum.com.br](http://loja.editoraforum.com.br) | 0800 704 3737